

Análise da Utilização e do Planeamento das Finanças Públicas de Macau nos últimos anos

*Chua Yee Hong**

I. Introdução

Durante muito tempo, Macau tem sido uma economia de ilha, que é aberta e altamente dependente da entrada de fundos e recursos. No entanto, o crescimento económico de Macau hoje em dia é afectado principalmente pelos efeitos económicos trazidos pela liberalização das licenças de jogo em 2003, conduzindo ao rápido desenvolvimento da economia de Macau e à escala económica dos dias de hoje. A taxa de crescimento da economia de Macau, particularmente nas últimas décadas, atraiu a atenção dos países asiáticos, com o crescimento do PIB *per capita* de US \$ 15.987 em 2002 para US \$ 66.311 em 2011. Com a liberalização das licenças de jogo o desenvolvimento da indústria do jogo em Macau tem sido acelerado e simultaneamente também levou à centralização da estrutura económica de Macau, como um dilema com a sua economia (como a “doença holandesa” na economia).¹

* Estudante de Doutorando do Departamento de Governo e Administração Pública - Relações Internacionais da, Universidade de Macau

¹ “Doença holandesa” refere-se ao fenómeno de desvanecimento de outros departamentos, como resultado da expansão do sector produtivo de países com pequenas e médias economias. Na década de 1960, a Holanda era já o principal país exportador de produtos manufacturados, devido à descoberta de uma grande quantidade de gás natural fortemente focada no desenvolvimento da indústria de gás natural. Portanto, houve aumentos nas exportações de gás natural por parte da Holanda; como resultado a balança de pagamentos tornou-se e a economia prosperou. No entanto, a indústria de gás natural em expansão causou um duro golpe noutros sectores de produção industrial, o que levou a forte valorização dos holandeses. As taxas de câmbio do Florim enfraqueceram a competitividade internacional das indústrias de exportação da agricultura da Holanda. Na década de 1970, a Holanda enfrentou uma grave inflação e queda das exportações de produtos manufacturados como a taxa de crescimento da receita diminuiu, o que resultou em grave problema de desemprego. Este fenómeno é colectivamente referido como “doença holandesa”, que se refere ao caso das indústrias de recursos impulsionadas pelos preços inflacionados durante o boom em detrimento de outros sectores. “Doença holandesa”, referindo-se à indústria do jogo de Macau, que também está em expansão, resultando na centralização dos fenómenos económicos, debilitando as condições para o desenvolvimento da indústria de serviços de Macau. Estas limitações económicas

Para uma economia capitalista como Macau, o seu desenvolvimento económico sustenta enormes factores externos, especialmente o ambiente económico regional e a volatilidade dos preços internacionais das matérias-primas. Conforme demonstrado na Tabela 1 – Macau entre 2002-2011, felizmente, teve um PIB per capita em dólares americanos, em plena crise e nas condições económicas globais, ainda alcançou a taxa de crescimento do PIB de 9,66% em 2008, e atingiu um recorde de crescimento económico de 24,45% em 2010. Estes dados económicos da prosperidade de Macau, em grande medida, são dependentes do Governo central na coordenação política (abrir o “livre exercício” da política) com o Continente e do Acordo de Parceria Económica de Macau (Acordo de Parceria Económica, Continente e Macau, CEPA).

**Tabela 1 – PIB per capita (USD) de Macau
2002-2012**

ANO	PIB (a preços correntes por despesa)	Taxa de variação anual para o mesmo período
2002	15,987	6.130%
2003	17,809	10.231%
2004	22,450	20.673%
2005	24,763	9.341%
2006	29,261	15.372%
2007	34,675	15.614%
2008	38,384	9.663%
2009	39,773	3.492%
2010	52,650	24.458%
2011	66,311	20.601%

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos do Governo de Macau.

Para o desenvolvimento económico global em Macau, o CEPA tem aprofundado a dependência comercial de Macau à China Continental. No entanto, o Yuan, nos últimos anos continuou a ser sensível, para Macau, que é altamente dependente dos bens importados da China con-

incluem o aumento do custo de produção e alocação de recursos humanos em função da centralização da indústria de jogo, e esta situação também dá origem a problemas de qualidade no processo de produção económica e uma série de questões sociais negativas.

tinental, resultando num certo grau de pressão económica. Este efeito da passagem da taxa de câmbio (valorização proporcional do renminbi) tem induzido certo nível de pressão na inflação de Macau. Estudos descobriram que, para cada 1% de valorização do Yuan, a inflação de Macau vai experimentar um aumento de cerca de 0,25%, mas o coeficiente de elasticidade será reduzido com a redução da proporção de importações da China. Por cerca de cada redução de 1% na proporção das importações provenientes da China continental, os efeitos da relação entre a valorização do renminbi sobre a inflação de Macau será reduzido em 0,05%².

A inflação de Macau é afectada não só pela taxa de câmbio do RMB, mas também enfrenta o impacto de factores internos, em especial as políticas de regulação do Governo da RAEM sobre a oferta de moeda e da procura. Do ponto de vista da economia ou das finanças públicas, ambos acreditam que a principal causa da inflação é influenciada pela oferta de moeda e da sua procura. No entanto, a oferta de moeda e factores de procura podem ser atribuídos ao papel da regulação do governo sobre a oferta de moeda e a procura, para ser coerente com a situação real do desenvolvimento económico. Em suma, a oferta monetária excessiva visa também alguns bens e serviços que resultam em “oferta superior à procura” e à sua queda de valor, que em geral é chamado de “inflação.” Se o crescimento da renda per capita é mais lento que o ritmo da inflação, seria grande probabilidade que a pressão económica se transformasse em pressão social, constituindo-se pressão política para as autoridades do governo. Portanto, em termos de funcionamento das finanças públicas, o Governo terá, inevitavelmente, de encontrar o equilíbrio do ajuste da moeda corrente, tanto em “qualidade” como em “quantidade”. Este artigo incidirá sobre o uso e planeamento das finanças públicas do Governo da RAEM, para debate aprofundado. A inflação será listada como um dos objectivos económicos do Governo de Macau e é através deste artigo, que algumas sugestões serão encaminhadas para consulta das autoridades competentes.

II. A teoria ocidental das Finanças Públicas e a recente aplicação da Política Fiscal em Macau

O objectivo das finanças públicas não é nada mais do que atender às necessidades públicas do Estado ou do Governo, através da obtenção

² Ma Ru Fei, “RMB exchange rate transfer effect and Macao inflation”, *Macao Economy*, n.º 30, June 2011

e comprometimento das actividades governamentais de rendimento e equilíbrio monetário necessário para que as receitas e as despesas possam atingir o seu ajustamento; em suma, a utilização das receitas e despesas fiscais dos ajustes económicos e sociais, a fim de alcançar mais objectivos financeiros. Como os governos com foco em questões de desenvolvimento económico, o status da economia e do bem-estar têm vindo a aumentar, com a teoria do controlo económico que está a ser aplicado na área fiscal. A política fiscal inclui o controlo público dos recursos, a fim de aumentar as medidas de bem-estar universal para todos os gastos públicos, a mobilização de recursos, as empresas públicas e as empresas de definição semi-pública. Footnote should be small letter.³ Wolfson entende que a política fiscal é fornecer um método para melhorar a coordenação das políticas económicas. Relaciona-se com o nível mínimo de controlo obrigatório, tornando a economia da gestora de recursos, bem como com a escassez de tomada de decisão, e por meio de suplementos e melhoria ser a coordenadora principal do sistema económico, e que o Governo pode usar a operação de mecanismo de preços para fazer as preferências do público e afectar o bem-estar universal. Os economistas neoclássicos acreditam que o governo pode usar a intervenção fiscal na economia para superar as desvantagens do capitalismo sobre a alocação de recursos e facilitar a contradição e diferenciação devido ao fosso entre ricos e pobres. A teoria económica keynesiana ensina que a tributação governamental e da despesa pública através da política fiscal pode servir o propósito de estabilizar a economia afectando a procura efectiva da sociedade, melhorando os níveis de emprego e evitando a inflação económica ou deflação. A escola monetarista liderada por Milton Friedman defendia o “laissez-faire” e opunha-se à intervenção e regulamentação da economia de mercado pelo Governo. O Governo deveria implementar uma política monetária única como regra para controlar a inflação,⁴ o que é mais significativo do que reduzi-la. Comparada com Keynes, deveriam ser implementadas as propostas de um aumento dos gastos públicos para reduzir a instabilidade económica. A escola monetarista acredita que a intervenção do governo na economia deve ser reduzida, a despesa fiscal enfraquecida

³ D.J. Wolfson, *Public Finance and Development Strategy*, The Johns Hopkins University Press, p.5.

⁴ Num prazo específico, com o propósito de se fixar a taxa de crescimento da oferta de moeda, esta taxa de crescimento deve estar de acordo com as condições necessárias à garantia da estabilidade do nível dos preços, em fase com a taxa média de crescimento da renda nacional real dentro de um prazo.

e a política fiscal equilibrada. Os que estão do lado da oferta opõem-se ao Governo e implementam altas taxas de impostos bem como a expansão dos gastos fiscais e esforçam-se para equilibrar o orçamento. Eles acreditam que o sistema de segurança social irá enfraquecer as poupanças pessoais, e vai inibir a economia das pessoas que trabalham, o que irá provocar a dependência dos “grass-roots”, pessoas dependentes do sistema de segurança social do Governo. Até certo ponto, a crise da dívida dos PIIGS footnote should be small letter:⁵ explica a crítica da expansão keynesiana da despesa pública da oferta e defendem a adopção da “gestão da oferta” em vez da gestão da procura keynesiana. Os que estão do lado da oferta também defendem cortes de impostos e condições de relaxamento, e opõem-se à intervenção da regulamentação do Governo sobre a oferta.

Olhando para o desenvolvimento teórico da política fiscal, no ocidente, a política fiscal é, na verdade, um dos meios de intervenção do governo no mecanismo de mercado, que também é indirectamente uma ferramenta de controle usada pelo Governo para promover o desenvolvimento económico. Devido às falhas e contradições do sistema da economia de mercado ou do capitalismo que não pode satisfazer plenamente as condições para o desenvolvimento económico, o Governo é obrigado a reconhecer a importância da sua presença na intervenção no mercado. Os principais instrumentos financeiros de intervenção no mecanismo de mercado utilizados pelo Governo são mais impostos, aumento ou diminuição de operações de dívida pública e de despesa pública.

Para o desenvolvimento económico global de Macau, a teoria económica ocidental não está inteiramente de acordo com a actual situação das condições económicas de Macau. Academicamente para explorar o Governo da RAEM vai, em geral, dar prioridade à política fiscal sobre o uso e natureza geral das propostas desenvolvidas. Por exemplo, o objectivo de reduzir o imposto sobre as empresas pelo Governo da RAEM é incentivar as pessoas e as empresas a aumentar o investimento. O Plano de Participação Pecuniária consiste em “pagamentos por transferências”, a fim de

⁵ Inclui Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, em particular o mercado de títulos soberanos desses países. O crescimento da economia estagnou, o desemprego é elevado nestes países europeus que têm maiores défices orçamentais. A crise da dívida soberana da zona euro deve-se ao facto desses países possuírem um deficit orçamental de longo prazo motivado por razões políticas e de expansão do seu sistema de previdência social e de outros gastos públicos, o que resultou na incapacidade de pagar dívidas aquando da sua maturidade, e que desencadeou a crise da dívida soberana da zona do euro.

apaziguar a pressão política sobre a vida social dos residentes de Macau. Os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3, são dados que indicam que Macau tem excedente orçamental consecutivo nos últimos anos, enquanto mais de 80% da contribuição económica dos impostos directos vem do jogo. Além disso, o estado financeiro de Macau tem as seguintes características:

1. as receitas dos impostos directos de Macau são consecutivamente mais do que lidar com a proporção da despesa pública global, enquanto o excedente fiscal cresceu mais do que o normal crescimento das despesas públicas;

2. o Governo da RAEM não tem dívida pública, o que significa que não emitiu títulos para ajustar as finanças públicas;

3. o Governo da RAEM não tem despesas com a defesa, pois a quota orçamento para outras áreas é relativamente alta;

4. o superávit fiscal nos últimos anos deu origem ao “Plano de Participação Pecuniária” para o público em geral, tentando alocação de recursos financeiros para os sectores privados.

**Tabela 2 – Principais Receitas Tributárias de Macau
2007-2011**

Principais Itens Fiscais	2007 (Milhões de Patacas)	2008 (Milhões de Patacas)	2009 (Milhões de Patacas)	2010 (Milhões de Patacas)	2011* (Milhões de Patacas)
Imposto Directo sobre o Jogo	29,340.70	39,563.70	41,870.00	65,003.80	94,112.20
Imposto sobre as Empresas	0.1	0.1	0.2	0.1	0.2
Imposto Profissional	668.4	819.1	788.7	836.7	960.5
Imposto de Habitação	396.3	314.8	389.6	446.5	319.9
Imposto de Renda Suplementar	2,387.40	2,009.50	1,885.00	2,306.20	2,719.10
Imposto de Turismo	174.3	266.1	265.1	339.8	448.4
Imposto de selo	1,110.80	908.9	623.4	867.8	1,427.10
Imposto de Consumo	318.8	255.8	216	258.8	411.2

Principais Itens Fiscais	2007 (Milhões de Patacas)	2008 (Milhões de Patacas)	2009 (Milhões de Patacas)	2010 (Milhões de Patacas)	2011* (Milhões de Patacas)
Imposto sobre Veículos a Motor	455.2	452.7	386.9	736	1,053.40
Total	34,852.00	43,681.80	46,424.90	70,795.70	101,452.00
Impostos Directos Reapresentam a Proporção da Taxa Geral	84.19%	90.57%	90.19%	91.82%	92.77%

Fonte: Direcção dos Serviços de Finanças de Macau

**Tabela 3 – Orçamento Público do Governo da RAEM
2002-2011**

Ano	Receitas Públicas (milhares de Patacas)	Despesa Pública (milhares de Patacas)	Excesso/(Déficit) (milhares de Patacas)
2002	15,226,922	13,486,946	1,739,976
2003	18,370,626	15,712,968	2,657,658
2004	23,863,539	17,703,006	6,160,533
2005	28,200,823	21,184,258	7,016,565
2006	37,188,518	27,349,764	9,838,754
2007	53,710,495	23,345,984	30,364,511
2008	62,259,343	30,443,427	31,815,916
2009	69,870,878	35,459,918	34,410,960
2010	88,488,054	38,393,909	50,094,145
2011	122,972,322	45,593,322	77,379,000

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM

III. A Política Monetária de Macau e o Aumento da inflação nos últimos anos.

O desenvolvimento económico de Macau é limitado por recursos naturais e pelo seu tamanho de mercado, portanto, um elevado grau de abertura do sistema capitalista de Macau, a longo prazo, são as orientações políticas implementadas. No desenvolvimento económico de Macau

a falta de recursos naturais e a economia autónoma, sem produção industrial, ou a agricultura como base, só a pode contar com o apoio da indústria do jogo, do turismo, da indústria, do comércio e de outros sectores de serviços centralizados no jogo. Entre estes grupos de indústrias, existe um elevado grau de interdependência. Se houver problemas na indústria do jogo que levam a uma reacção em cadeia, haverá estagnação do crescimento económico, mesmo derivado ao elevado risco da crise económica.

Com o rápido desenvolvimento económico de Macau, as exigências políticas sociais da sua economia e sociedade no bem-estar social têm vindo a aumentar. Gradualmente, a política fiscal é usada para lidar com a questão da vida das pessoas, incluindo o Plano de Participação Pecuniária, Benefícios de Assistência Social e medidas anti-inflação. No entanto, antes de se identificar os problemas de inflação de Macau e as questões económicas com ela relacionadas, é preciso primeiro entender a relação entre o sistema monetário e o sistema de desenvolvimento económico de Macau.

Antes de se distinguir a relação entre o sistema económico e as dificuldades económicas, devem compreender-se claramente as funções institucionais que regem o sistema e a economia. A Autoridade Monetária de Macau, responsável pela estabilidade financeira e política monetária, tem como suas principais funções regular a estabilidade monetária e o desenvolvimento financeiro estável. A instituição responsável desempenha um papel fundamental na política cambial de Macau e na política monetária e as suas decisões políticas envolvem as condições para um desenvolvimento económico sustentado de Macau. No entanto, a Autoridade Monetária de Macau na jurisdição do sistema financeiro de Macau pode desempenhar apenas um papel limitado, em parte e apenas, devido às normas do sistema jurídico de Macau, enquanto uma parcela maior das quais, são limitadas pela “autonomia económica”. O mercado de câmbios de Macau é diferente do conceito geral do mercado tradicional, porque Macau não tem o seu próprio mercado de capitais. A principal desvantagem da Pataca (MOP) é que ela não é uma das principais moedas internacionais, nem uma moeda regional, circula apenas como moeda legal do território de Macau. No mercado de câmbios internacional, a liquidez do dólar de Hong Kong e do yuan é significativamente melhor do que a Pataca. A liquidez é um símbolo de que o valor efectivo da moeda e a valorização ou depreciação do valor monetário (ou comércio internacional sobre a taxa de câmbio) terão relação directa e estreita com a produção e

a economia da própria economia. Os mercados de câmbio internacionais não têm confiança na liquidez e preferências da procura. Portanto, a pataca inevitavelmente desvaloriza (índice de PEG) com a principal moeda internacional, o dólar de Hong Kong. Pode inferir-se que o valor efectivo do MOP será afectada pelo dólar de Hong Kong, da mesma forma. Supondo que o dólar de Hong Kong sofre um considerável grau de volatilidade nos mercados internacionais ou especulação, a pataca também será afectada. Quando há muitas Patacas na troca do comércio exterior (desvalorização) e excessivas Patacas em circulação interna (desvalorização), o “duplo efeito depreciativo” afectará seriamente os residentes de Macau e investidores (incluindo os investidores estrangeiros) que podem perder a confiança na Pataca e pode haver uma repetição da crise financeira asiática, como a de 1997. Além disso, devido às influências a longo prazo e do sistema financeiro de empresas de Hong Kong, a liquidez em dólares de Hong Kong no mercado monetário local, é superior à sua moeda legal, a Pataca. O dólar de Hong Kong é o principal pilar do sistema financeiro de Macau, o que explica a posição importante e a demanda do mercado preferencial para o dólar de Hong Kong no sistema monetário de Macau. Entre os bancos no sistema financeiro local, mais de 70% deles são bancos de Hong Kong, que em grande parte seguem as medidas do sistema financeiro de Hong Kong. De certa forma, a Autoridade Monetária de Macau, em termos da sua função reguladora e a responder às mudanças nas medidas económicas internacionais, toma medidas sincronizadas com a Autoridade Monetária de Hong Kong.

A inflação é devida ao aumento na quantidade de dinheiro ou à aceleração do fluxo de dinheiro que aumenta relativamente à liquidez da moeda, levando a longo prazo a sustentados aumentos de preços, que induz em ao fenómeno da desvalorização da moeda. A inflação, em geral, é principalmente devida ao impacto da “oferta e procura de moeda”, e aos “factores de custo.” Em termos simples, devido ao aumento dos custos, como custos de matérias-primas (como o aumento dos preços do petróleo) ou salários (custos de mão-de-obra) subindo muito rápido, o que é chamado de “tipo de aumento de custo da inflação”, outro tipo é devido ao excessivo capital social flutuante, capital especulativo, que relativamente se torna em demasiado dinheiro perseguindo menos bens, daí resultando no aumento dos preços, vulgarmente conhecido como “tipo de exigência de aumento da inflação”. Quando a inflação ocorre, ela representa uma ameaça para a estabilidade socioeconómica e política,

pois é um problema que vai da estrutura da base para o topo. Por exemplo: os preços das necessidades diárias geralmente aumentam e, para uma família poder manter o nível inicial de consumo, deve haver um aumento do rendimento disponível, caso contrário, terá um dilema económico em “fazer face às despesas”, especialmente para os rendimentos fixos ou médios baixos e são as residências não ocupadas pelos proprietários que sofrem a maior da inflação. A inflação vai levar a um aumento nos preços dos imóveis, as pessoas que têm imóveis vão ver a sua riqueza a aumentar, mas para aqueles que não possuem imóveis, estes tornar-se-ão ainda mais inacessíveis para eles. A inflação vai causar prejuízos aos credores, porque o poder de compra do capital que recebem será relativamente desvalorizado; portanto as perdas sofridas serão repassadas para os alugueres dos devedores, agravando o custo da actividade económica (a empresa vai optar por aumentar o preço dos bens ou serviços e repassar os custos para os consumidores, ou para sair do negócio) dos custos de vida das pessoas. Os custos de produção aumentam rapidamente ou o poder de compra do consumidor diminui drasticamente ou os lucros das empresas serão afectados. Além disso, a inflação para a dívida de longo prazo do devedor, em certa medida, o seu impacto é exactamente o oposto, porque, sob as mesmas condições, nos convénios da dívida, ele só precisa pagar moeda relativamente desvalorizada para alcançar o alto valor principal ou dos direitos de propriedade.

Primeiramente, o desenvolvimento económico e o ambiente externo de Macau são efectivamente um relacionamento de vínculo directo. Por outras palavras, a incerteza e a volatilidade do mercado internacional irão, naturalmente, produzir muitas das reacções do mercado no desenvolvimento da economia de Macau. Numa altura em que o petróleo bruto internacional e os preços das matérias-primas sobem, a globalização da economia mundial tem tido um efeito vinculativo, com os países que se esforçam para tomar medidas e conter a propagação da inflação e os efeitos políticos dela resultantes. Para Macau, que depende fortemente da importação de mercadorias estrangeiras, o custo de importação exacerbada de bens, devido ao aumento dos preços do mercado internacional, resultam em “inflação importada”.⁶ Em segundo lugar, o desenvolvimento

⁶ A desvalorização da moeda de um país acontece quando a moeda que é uma unidade da moeda do país pode mudar para menos da moeda de outro país. Neste caso o preço

económico da indústria do jogo também levou ao aumento dos salários locais (custos de mão-de-obra) e aos preços das matérias-primas, bem como ao aumento do custo de certos monopólios empresariais, que são também uma extensão considerável reflectindo um défice de produção do lado da oferta. Por outras palavras, esta interpretação do “factor custo” e o “lado da oferta”, deram em “custo no aumento da inflação”. Em terceiro lugar, nos últimos anos, por haver “muito dinheiro perseguindo os poucos bens e serviços” em Macau é a principal causa da “procura o aumento da inflação”. Devido à expansão e dimensão do desenvolvimento económico de Macau e da sua deflação consecutiva durante os primeiros anos após a transferência, pode ser demonstrado na Tabela 4, que a Autoridade Monetária de Macau continuou o desencadeamento de M2 para aumentar a liquidez do mercado da oferta monetária. O aumento da taxa anual em 2009 deveu-se a factores de exigência de moeda deflacionária e contexto económico do mercado do “Plano de Participação Pecuniária” e o aumento em 2003 deveu-se a factores de “liberalização das licenças de jogo”. De facto, a inflação em Macau não é inteiramente devida à inflação importada e parte das razões podem ser atribuídas ao mecanismo de ajuste das autoridades de Macau no mercado monetário. No entanto, a proporção da oferta de divisas disponibilizadas pela Autoridade Monetária de Macau não atingiu o dinheiro de abastecimento chamado “tempo quantitativo” das políticas de ajuste de fornecimento. Milton Friedman refere-se ao controle da inflação, dependendo das restrições monetárias e fiscais, porque a causa fundamental da inflação é a oferta de dinheiro a ser mais do que a sua exigência, ou seja, “a inflação é um fenómeno monetário que irá ocorrer em todos os lugares”. O Governo não pode permitir o excessivo e fácil endividamento, nem mesmo a seu, de ter empréstimos excessivos. Essa visão concentra-se no défice orçamental e nas taxas de juros, bem como na produtividade económica, que é a inflação (custo do aumento da inflação), impulsionada pelo custo de produção (oferta total).

dos bens importados de outros países vai sofrer um aumento, o que significa que os bens importados se tornam mais caros, e assim é importada a inflação desse outro país. Portanto, se a moeda de um país desvaloriza muito face à moeda doutros países, os preços dos produtos importados também sobem independentemente de quais os países de onde produtos são importados, aumentando assim a pressão da inflação importada.

**Tabela 4 - Estatísticas do dinheiro em Circulação em Macau
2002-2011**

Ano	Fornecimento de Moeda M2 (Mil Patacas)	% Variação	Fornecimento de Moeda M1 (Mil Patacas)	% Variação	Total de Poupanças (Mil Patacas)	% Variação
2002	98,959.30	7.49%	6,350.80	6.84%	18,196.80	17.85%
2003	111,090.00	10.92%	8,789.50	27.75%	16,249.00	-11.99%
2004	120,947.00	8.15%	13,440.70	34.61%	19,194.10	15.34%
2005	135,659.80	10.85%	12,788.90	-5.10%	45,373.00	57.70%
2006	168,911.90	19.69%	18,255.20	29.94%	57,520.40	21.12%
2007	185,540.60	8.96%	22,606.60	19.25%	76,262.60	24.58%
2008	189,790.30	2.24%	24,729.60	8.58%	77,932.10	2.14%
2009	212,233.30	10.57%	30,606.80	19.20%	83,206.60	6.34%
2010	243,053.80	12.68%	34,729.70	11.87%	79,427.70	-4.76%
2011	297,963.90	18.43%	36,243.30	4.18%	92,865.10	14.47%

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM

Em geral, a maioria dos governos tende a ter um agravamento considerável da política fiscal e da política monetária para abrandar as pressões inflacionárias. Em termos simples, os governos desses países e os bancos centrais, através da emissão de títulos aumentam o rácio da reserva legal, aumentando a taxa de redesconto para coibir a circulação excessiva de dinheiro em todo o sistema monetário, e com o nível de regulação do mercado de tráfego apropriado. O governo da RAE de Macau através da expansão da despesa pública e política de bem-estar (benefícios, tais como Plano de Participação Pecuniária, aumentando subsídios e subsídio de subsistência, etc.) na verdade, não conseguiu resolver o problema da inflação. Em vez disso, expandindo a despesa pública trabalha na forma de inversa. Não só a oferta de divisas no mercado aumentou o fenómeno da inflação, como também é agravada pela “quantidade excessiva de dinheiro para prosseguir alguns bens”. Geralmente quando se fala de métricas de inflação, o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) é comumente usado para medir os indicadores importantes de uma economia social nas actividades económicas do mercado e da política monetária do Governo. Ele reflecte os objectivos sócio económicos do emprego e do crescimento do produto nacional interno

bruto (PIB) na economia e na sociedade. A inflação interna de Macau aumentou significativamente em 2011, o que pode ser observado a partir da Tabela 5, que mostra a IPC nesse ano ser a inflação mais grave em Macau, especialmente para o preço das mercadorias, bens e serviços de consumo que aumentou quase mais de 10%. Se esta tendência continuar, inevitavelmente, irá resultar num ciclo vicioso de inflação descontrolada. Portanto, como controlar ou abrandar o aumento da IPC torna-se uma tarefa bastante difícil e de responsabilidade política para o Governo da RAEM. Portanto, se a quantidade de oferta no mercado câmbial de Macau atinge o equilíbrio em si, depende do controlo da oferta e da procura de moeda por parte das instituições competentes.

**Tabela 5 - Índice de Preços no Consumidor
(Áreas Principais) de Macau 2002 - 2011**

Ano	Comidas e Bebidas não Alcoólicas	Bebidas Alcoólicas e Tabaco	Roupas e Calçado	Habitação e Combustíveis	Equipamento Doméstico e Materiais	Saúde	Transportes	Comunicação	Recreio e Lazer	Educação	Diversos Bens e Serviços
2001	71.92	89.34	113.99	72.36	97.5	82.78	86.16	126.37	95.76	104	85.3
2002	70.4	91.57	102.44	70.09	93.9	82.8	85.88	120.51	91.42	104.06	84.68
2003	69.51	91.54	89.8	69.24	91.37	82.43	86.92	114.53	89.44	104.62	85.29
2004	71.06	91.83	92.8	69.01	92.48	82.38	88.58	113.07	87.47	106.72	86.44
2005	73.9	93.49	91.97	74.81	93.41	82.83	90.57	110.7	88.7	112.09	88.36
2006	76.64	96.81	87.63	83.61	94.63	84.28	93.72	107.77	89.07	121.22	90.95
2007	82.92	97.55	88.73	91.59	96.4	86.65	96.22	104.48	91.04	123.58	94.3
2008	97.19	99.34	95.04	99.05	99.26	98.68	102.82	97.32	97.41	119.84	99.78
2009	102.57	109.08	104.07	97.8	101.44	102.08	96.87	95.64	100.55	107.21	104.22
2010	107.41	114.23	110.84	98.21	102.94	106.57	102.97	92.3	104.56	99.42	110.61
2011	116.16	115.59	118.3	101.58	107.6	113.04	111.97	82.45	109.95	100.93	120.63

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM.

Quanto a Macau, não sofreu impacto económico óbvio da crise financeira global em 2008, foi contou amplamente com os efeitos do apoio através do CEPA e dos efeitos macroeconómicos das excursões gratuitas dos residentes do continente abertas pelo Governo Central. Da mesma forma, as dependências entre Macau e o Continente também se aprofundaram ainda mais, com o crescimento económico de Macau em sequência do desenvolvimento da economia da China Continental simultaneamente. Agora, o desenvolvimento económico de Macau e da política económica estão directamente relacionados com as condições económicas em Hong Kong e na China Continental, e tais são a inflação e as receitas fiscais. Felizmente, devido à política sob a égide do jogo e turismo, do CEPA e das “excursões gratuitas” em Macau, o resultado fiscal do Governo da RAEM e a renda dos moradores tem vindo a crescer, o que indirectamente reduz o impacto da inflação sobre o modo de vida dos moradores. A inflação de Macau no período 2002-2010 foi bastante suave. Como mostra a Tabela 6 e Figura 1, a análise cruzada da renda total, o PIB dos residentes de Macau e o IPC indica que o aumento da renda dos moradores aliviou a pressão inflacionária (ou seja, a taxa de aumento da renda, menos a taxa de aumento da inflação). Quando ocorre a inflação, se um rendimento pessoal segue a aumentar, o dano de inflação será relativamente mais leve. Pelo contrário, quando a renda das pessoas não se mantém com a inflação ou com IPC, a inflação agravará e o índice⁷ de miséria aumentará.

Table 6 – Comparação entre Receitas Totais, PIB e IPC em Macau 2002 - 2010

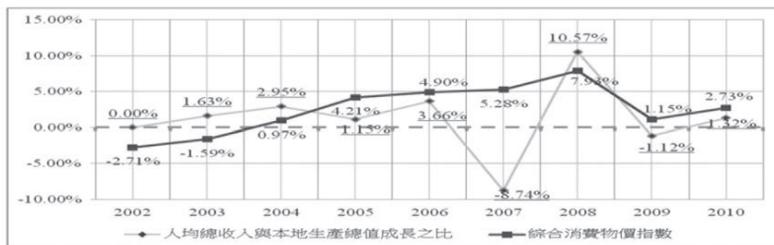
Year	A relação entre receita total per capita vs crescimento do PIB			Índice de Preços no Consumidor(IPC)	
	Renda Nacional Bruta Per Capita	PIB	Diferens	Índice Geral	Diferens
2002	-	6.130%	-	80.11	-2.71%
2003	8.605%	10.231%	1.625%	78.86	-1.59%

⁷ O Índice de subsistência é igual à soma da inflação e da taxa de desemprego, o que indica que o público em geral sente os mesmos graus de aumento em relação à inflação e taxa de desemprego.

Year	A relação entre receita total per capita vs crescimento do PIB			Índice de Preços no Consumidor (IPC)	
	Renda Nacional Bruta Per Capita	PIB	Diferens	Índice Geral	Diferens
2004	17.724%	20.673%	2.948%	79.63	0.97%
2005	8.191%	9.341%	1.150%	83.13	4.21%
2006	11.711%	15.372%	3.661%	87.41	4.90%
2007	24.354%	15.614%	-8.741%	92.28	5.28%
2008	-0.904%	9.663%	10.567%	100.23	7.93%
2009	4.615%	3.492%	-1.123%	101.4	1.15%
2010	23.134%	24.458%	1.323%	104.25	2.73%
2011	--	--	--	110.3	5.49%

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatística e Serviços de Censos da RAEM.

Figura 1 - Comparação Cruzada da receita total do PIB e do IPC (índice de preços no consumidor) em Macau 2002 – 2010
 Fonte de dados: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM



IV. O polémico “Plano de Comparticipação Pecuniária”

Nos últimos anos, o Plano de Comparticipação Pecuniário pelo Governo da RAEM é um dos culpados pelo agravamento da inflação. Por um lado, foi originada pelo Governo da RAEM para aliviar a atmosfera política durante o período de 2005-2007; por outro, tentando estimular um efeito multiplicador na teoria económica através de um aumento da liquidez do mercado monetário M2. Houve problemas técnicos do Go-

verno da RAEM, devido ao “Plano de Comparticipação Pecuniário” com o “Equation Supply” (ou seja, para aumentar o tamanho total da oferta de moeda em Macau)? Ou eram considerações políticas dos efeitos políticos actuais do “Plano de Comparticipação Pecuniário”, excedendo em muito os efeitos económicos? Estas questões no desenvolvimento da política do Governo foram formuladas pelas pessoas durante muito tempo.

O Plano de Comparticipação Pecuniário tem sido uma questão económica politizada. Em termos de questões económicas ou de subsistência, o compromisso político é conveniente a curto prazo, não sendo uma solução sustentável a longo prazo. Os efeitos políticos são geralmente de curto prazo, com os problemas económicos restantes por resolver. Caso as finanças públicas caiam em recessão, ou a longo prazo as questões económicas acumuladas não sejam tratadas adequadamente, as questões políticas e económicas seriam desencadeadas e teriam impactos negativos muito além dos esperados pela sociedade. Em segundo lugar, ainda há margem para melhorar em termos de capacidade de operação e familiaridade do Governo da RAEM sobre as políticas fiscais e económicas. Afinal de contas, o Governo da RAEM raramente usa a teoria financeira e a teoria económica da ciência para lidar com os aspectos técnicos do funcionamento e problemas, como o uso de mercado aberto, etc., como uma ferramenta financeira para ajustar a liquidez.

Além disso, poderá o benefício económico provindo do Plano de Comparticipação Pecuniária do Governo, resultar num aumento da procura da população de Macau, ser considerado como um problema? Então, a oferta de dinheiro a partir dos pagamentos de transferência do governo para estimular as economias de escala de produtos locais ou de mercado de trabalho é outra questão. Em segundo lugar, no caso de falta de um trabalho diversificado e de um mercado consumidor em Macau, se os fluxos de dinheiro aumentarem pelo Governo, devido ao “Plano de Comparticipação Pecuniária” não permanecer em Macau para o consumo, poupança ou investimento, é muito provável que surjam mais MOP (ou conversões em HKD e em RMB) fluir para sistemas externos.

“O Plano de Comparticipação Pecuniária” não é propício apenas para o desenvolvimento económico de Macau, mas também tem um impacto negativo sobre os aspectos sociais. Muitas classes sociais da população de Macau são negativamente dependentes da partilha do bem-estar, especialmente uma grande quantidade de jovens que não consideram seriamente o planeamento financeiro por detrás do Plano

de Comparticipação Pecuniária; em Macau, pelo contrário, agrava-lhes o desejo de produtos de interesse (referindo-se bens de luxo) ou serviços de tendências sociais. Se a política fiscal do Governo da RAEM não tivesse as “garantias de confiança” (ou seja, excedente fiscal), seria provável não haver qualquer Plano de Comparticipação Pecuniário para lançar na sociedade. Muitos residentes de Macau podem ter um comportamento desviante ou agravamento da ética social e da criminalidade, devido à perseguição dos desejos pessoais como um resultado de perder a cobertura do Plano de Comparticipação Pecuniária. O desenvolvimento sustentável, social e económico geral de Macau irá constituir graves problemas sociais, cujas consequências podem não ser menores do que a intenção política original do Plano de Comparticipação Pecuniária. Além disso, se o Governo da RAEM investir o fundo a ser usado para o Plano de Comparticipação Pecuniária na criação de um ambiente e condições de negócios melhor, as suas funções políticas subjacentes e benefícios económicos seriam melhor destacadas. Embora nos últimos anos o crescimento da população estimule a procura para o mercado local, ainda assim, o seu crescimento em escala é considerado pequeno e não é significativo, mesmo, com a demanda de bens e serviços por parte dos residentes locais. Ao contrário, o volume de bens e serviços em segmentos de consumidores de Macau são movidos por turistas. O Governo deveria pensar em como desenvolver de forma sustentável a demanda do consumo local, como proporcionar políticas de boas condições para o negócio, aumentando os valores adicionais para actuação de indústrias do ambiente. As entidades que estão do lado da oferta monetária defendem que as condições prévias para o governo aumentar a oferta de moeda numa economia é “autorizar a quantidade específica de oferta de dinheiro” num período de tempo específico, que será, então, eficaz em estimular o desenvolvimento económico da função reguladora da procura efectiva e em estabilizar o mercado. Portanto, recomenda-se que o Governo possa querer considerar a proposta de operação pelas entidades emissoras de divisas na formulação da política económica pública, a fim de desenvolver um conjunto de políticas eficazes que beneficiem o povo.

V. Eficiência de Utilização financeira do Governo da RAEM

Há muito espaço para explorar a utilização do excedente fiscal nos últimos anos pelo Governo da RAEM. Objectivamente, o Governo da

RAEM está realmente sujeito a muitos factores políticos e a fazer ajustes políticos sobre o uso das finanças públicas. A natureza do planeamento da ênfase das finanças públicas, sobre a relação da alocação de recursos, riqueza e bem-estar social, é liderada pelo Governo. O Governo da RAEM no uso das finanças públicas e planeamento, necessita de clarificar a tarefa política da sua política económica. A implementação de políticas de finanças públicas e o seu objectivo final podem ser diversos, como o pleno emprego, a luta contra a inflação e re-alocação de recursos. O ponto em comum desses objectivos políticos são os interesses públicos da sociedade como um todo e não uma política de monopólio para proteger grupos de interesses específicos.

As finanças públicas de Macau tiveram sempre falta de transparência, aumentando assim a dificuldade da gestão financeira. Portanto, a administração a longo prazo deveria ter o objectivo da diversificação das receitas para melhorar esta situação. No entanto, tendo em conta a tradição da lei e regime fiscal simples, de Macau e, ao mesmo tempo a economia de escala, também é prejudicial para o funcionamento e desenvolvimento de muitos e diferentes tipos de actividades comerciais.⁸ O Governo da RAEM deve melhorar a transparência e a operacionalidade no uso das finanças públicas, para insistir na responsabilidade e negócios sustentáveis para o bem-estar da sociedade como um todo, e isso não é um serviço para grupos de interesses específicos num sistema económico altamente capitalista, em Macau.

O desempenho recente do crescimento económico de Macau indica que a sua economia experimenta um “sobreaquecimento”. O papel do Governo neste processo de desenvolvimento económico é importante, o qual tem a responsabilidade de fortalecer o planeamento da política monetária e fiscal. Em Macau, as finanças públicas são altamente dependentes de fontes directas de receita tributária da indústria de jogos, e a sua proporção excessiva é a causa da instabilidade financeira de Macau. Por causa da vulnerabilidade devida ao excesso de confiança no jogo e impostos directos de franquia, existe um problema estrutural nos resultados financeiros de Macau, que é muito facilmente afectado por factores ambientais externos. As actividades económicas e sociais de Macau estão intimamente relacio-

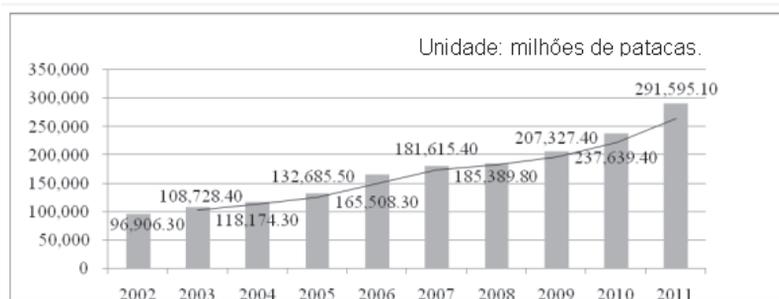
⁸ Ho Hou Yin, “On the the Macao public finance system”, Administração, Volume XIII, No. 1, 2000, pp. 101-7

nados com a operação de políticas do governo, no entanto existe ainda espaço para a melhoria da eficiência na tomada de decisões políticas e suas funções. No processo de formulação e implementação da política o Governo deve considerar a aplicabilidade e operacionalidade das suas políticas. Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento económico precisa do apoio da complexa política fiscal e política monetária; por exemplo, quando a economia está sobreaquecida, deveria haver uma política monetária restritiva e adequada, para reduzir o custo do aumento da inflação. Numa altura em que o mercado monetário está excessivamente quente, o Governo deve, através do aumento de impostos e cortes de gastos públicos controlar o fornecimento nos mercados monetários. Para exemplo, a situação do emprego em Macau foi de “pleno emprego” nos últimos 10 anos e o PIB per-capita tem crescido significativamente nas últimas décadas; isso não pode ser chamado de benefícios económicos das funções de governo, mas antes, de benefícios económicos gerados pela indústria do jogo (resultando num mercado de trabalho livre e competitivo).

Em segundo lugar, a relação entre as finanças públicas e o investimento privado em Macau. O Governo da RAEM quer induzir o sector privado a comercializar motivos de investimento para estimular maior demanda efectiva, reduzir o desemprego e aumentar os rendimentos através da expansão dos gastos públicos. Na verdade, a teoria económica fundamental (teoria keynesiana), aprovada pelo Governo da RAEM não se aplica na situação actual do desenvolvimento económico de Macau. A expansão dos gastos públicos pelo Governo realmente não induz ao desejo de investimento dos residentes de Macau e da procura efectiva, devido à sua incapacidade de fornecer um bom ambiente de negócios para as actividades de investimento privado em Macau. Pelo contrário, mais jogos relacionados com a indústria do exterior derramados na estrutura económica de Macau e do mercado, levam ao agravamento do problema da centralização das indústrias em Macau. Em relação ao investimento do sector privado em Macau, especialmente nos últimos anos, a grave inflação aumentou os custos operacionais de negócio (aluguer, custos de mão-de-obra, custos de materiais e outros fatores de produção) para aumentar significativamente, e a falta de um bom ambiente do negócios levou ao rendimento disponível do sector privado ou os fundos de investimento orientados virou-se para os mercados de capitais em Hong Kong e continente chinês para investimento. Embora o imposto sobre as empresas fosse cortado pelo Governo da RAEM; isso ajudou a aumentar

o investimento empresarial local e as actividades económicas; o montante de bens de consumo da cadeia de fornecimento das PME's ou dos particulares foi monopolizado por grandes empresas, o que levou às condições operacionais restritas para eles, sendo a margem de lucro do investimento estreita e a vontade do investimento privado também reduzida. Em terceiro lugar, a relação entre as finanças públicas de Macau e de poupanças civis. A economia de Macau cresceu nos últimos anos com o aumento do rendimento disponível. A Figura 2 mostra que em dez anos a economia cresceu de 96.090 milhões de Patacas em 2.002; 291.500.000.000 MOP em 2011, seja cerca de duas vezes mais. O investimento e a poupança dos residentes de Macau são muito mais sobre a reversão da política fiscal do Governo da RAEM. A expansão do investimento interno por parte do Governo só pode conduzir à procura de trabalho interno, que pode resolver parte do problema do emprego e impulsionar o crescimento do rendimento. No entanto, a maioria dos residentes de Macau que preferem manter o rendimento disponível para poupança como precaução (os motivos de precaução são maiores do que os de investimento), e a inflação também reflecte que o público que não tem grande confiança no IPC. Por outro lado, as pessoas de Macau nas actividades de investimento em geral tendem a escolher o mercado de capitais de Hong Kong para comprar produtos financeiros, como derivados e seguros, resultando nos mercados financeiros locais de Macau e actividades de investimento de capital absorvidos por Hong Kong, que produz o “efeito magnético”.

Figura 2 - Os residentes de Macau em 2002, com tendência de crescimento do de poupanças



Fonte de dados: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da RAEM..

Em quarto lugar, a relação entre as finanças públicas de Macau e consumo privado. Como mencionado anteriormente, o tamanho do mercado consumidor de Macau é limitado, especialmente no sector das vendas a retalho, indústria hoteleira e sectores de serviços com eles relacionados, e que são suportados maioritariamente pelos turistas em Macau. Além disso, as preferências de consumo dos residentes de Macau tendem a ser o comportamento do consumidor externo, como viajar para o exterior, a importação de um grande número de mercadorias estrangeiras em vez de bens e serviços locais, resultando num grande número de patacas que desaparecem para fora do território e reduz a escala da economia do sector de serviços locais e da demanda efectiva do mercado.

Além disso, há as questões de coordenação da política fiscal do Governo da RAEM com outras políticas. Por exemplo, a política de redução de imposto sobre as empresas pelo Governo da RAEM não está de acordo com as políticas ambientais. Nos últimos anos, as emissões de dióxido de carbono têm aumentado em Macau, juntamente com os graves problemas de congestionamento de tráfego, além do aumento da procura devido ao aumento do rendimento à redução do imposto automóvel que pioraram a poluição ambiental e outros custos sociais. Mesmo quando o Governo da RAEM tem medidas para otimizar o sistema de transportes, de forma indirecta compensa os efeitos da política pública e da política fiscal.

VI. Conclusões

O aumento da inflação local de Macau é devido a diferentes factores subjectivos e diferentes graus de impactos. Além do impacto da volatilidade dos preços de mercado das matérias-primas internacionais e dos efeitos ligados à taxa de câmbio do RMB (ambos pertencentes à inflação importada causada por factores externos), os factores de procura interna e inflação de custos são os factores internos de inflação, nos últimos anos em Macau. Além disso, sobre a premissa da ineficiência da RAEM, a regulamentação governamental da oferta de moeda e as políticas de demanda, tornaram-se também a principal causa da inflação em Macau. Pela primeira razão, a proporção da oferta de dinheiro liberado pela Autoridade Monetária de Macau não tem como alvo gerar o que a escola monetarista denominava “quantitativo de tempo e ajustamento de políticas”. Para a segunda razão, a expansão da política de bem-estar da despesa

pública (benefícios, tais como o Plano de Participação Pecuniária, o aumento de subsídios, o subsídio de subsistência, etc.) não conseguiu resolver o problema da inflação. Em vez disso, o Governo na expansão da operação da despesa pública que é uma operação inversa, leva ao fenómeno da inflação “quantidade excessiva de dinheiro para prosseguir poucos bens”. O problema reside no uso das finanças públicas. O Governo da RAEM baseia-se mais nos “factores políticos”, levando à questão da sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo. Se isso continuar, sem quaisquer ajustes necessários, haverá tempo em que a oferta de dinheiro e a perda fiscal serão desgastar o imposto da renda fiscal futuro a longo prazo. Objectivamente, o Governo da RAEM tem necessidade de enfatizar as formas de planeamento diversificado e integração de coordenação para o uso das finanças públicas e centrar-se em finanças públicas e políticas públicas. O Governo da RAEM pode tentar usar parte da acumulação de das reservas cambiais a longo prazo para se envolver na produção ou investimentos no exterior para compensar os problemas da indústria doméstica concentrado.